



EDITAL - DELIBERAÇÕES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ

Mário Joaquim Vaz, Presidente da Assembleia Municipal de Alijó, para efeitos do disposto no art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações tomadas na sessão ordinária deste órgão, realizada no dia 20 de dezembro de 2023, referentes aos assuntos constantes da ordem do dia:

PONTO 1 - Exposição do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

Deliberação: apreciado e tomado conhecimento.

PONTO 2 – Presente informação UOF GO/2023/633 referente ao Projeto de Regulamento Municipal de Limpeza de Terrenos no Interior de Áreas Edificadas.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 32 votos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 3 - Presente informação UOF GO/2023/636 referente ao Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 32 votos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 4 – Presente informação de despesa com o registo n.º 9396/23 referente à aquisição de apólices de seguros – vários ramos.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, com 32 votos, nos termos do n.º 3 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo e em cumprimento do disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/01 e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na sua redação atual.

PONTO 5 - Presente informação de despesa com o registo n.º 9492/23 referente ao início do



Procedimento por Concurso Público de “Aquisição de Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos para o ano de 2024”.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, com 31 votos, nos termos do n.º 3 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo e em cumprimento do disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/01 e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na sua redação atual.

PONTO 6 – Presente informação AF/2023/716 informando da necessidade de proceder à 45.ª alteração orçamental aos Documentos Previsionais de 2023 – modificativa.

Deliberação: ratificada, por unanimidade, com 32 votos, nos termos do n.º 3 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo e em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 7 – Presente informação DCED/2023/711 propondo a alteração/aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Alijó e o diretor de Escolas D. Sancho II de Alijó, para o ano de 2023.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, com 32 votos, nos termos do n.º 3 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo e em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 8 – Presente Proposta da Presidência n.º 100 referente ao pacote fiscal para o ano de 2024 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).

Deliberação: aprovado, por maioria, com 6 abstenções do Partido Socialista e 23 votos a favor do Partido Socialista (1) e da coligação “Afirmar a Nossa Terra” (22), em conformidade com a alínea c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 9 – Presente Proposta da Presidência n.º 101 referente à autorização genérica para dispensa da autorização prévia da Assembleia Municipal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 29 votos, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, da Lei n.º 8/2012, de 21/01 e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06,



todos na sua redação atual.

PONTO 10 – Presente Proposta da Presidência n.º 102 referente à revisão do modelo de estrutura orgânica do Município de Alijó, Mapa de Pessoal para 2024 e o Mapa de Recrutamentos para 2024.

Deliberação: aprovado, por maioria, com 1 voto contra do Partido Socialista, 5 abstenções do Partido Socialista e 24 votos a favor do Partido Socialista (1) e da coligação “Afirmar a Nossa Terra” (23):

- A estrutura nuclear;
- A criação do número máximo de 17 unidades orgânicas flexíveis, sendo oito (8) de 2º grau, oito (8) de 3º grau e uma (1) de 4º grau, bem como de 8 subunidades orgânicas;
- A definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, dos dirigentes intermédios de 3.º e 4.º graus, no cumprimento do estatuído no n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e ulteriores alterações;
- O pagamento de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus, ao abrigo do disposto no artigo 24º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.
- O mapa de pessoal e o mapa de recrutamentos para 2024 do Município de Alijó.

PONTO 11 – Presente Proposta da Presidência n.º 103 referente aos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2024.

Deliberação: aprovado, por maioria, com 1 voto contra do Partido Socialista, 4 abstenções do Partido Socialista e 25 votos a favor do Partido Socialista (1) e da coligação “Afirmar a Nossa Terra” (24), em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 12 – Presente informação AF/2023/754 referente a relatório de análise económico-financeira e execução orçamental – 1.º semestre de 2023.

Deliberação: apreciado e tomado conhecimento.



PONTO 13 – Presente informação DCED/2023/770 referente a proposta de delegação de competências no diretor do Agrupamento de Escolas D. Sancho II – Contrato Interadministrativo. Contém minuta.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 29 votos, em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 14 – Presente pedido de autorização de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à Requalificação e Valorização Ambiental e Paisagística da Ribeira de São Mamede de Ribatua.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 29 votos, a reprogramação da repartição de encargos e o compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

PONTO 15 – Presente pedido de autorização de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à aquisição de viatura – tanque.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 29 votos, a reprogramação da repartição de encargos e o compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

PONTO 16 – Presente pedido de autorização de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada ETARS Biológicas Bacia do Rio Tua – lote 3 – Ribalonga.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 29 votos, a reprogramação da repartição de encargos e o compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.



PONTO 17 – Presente pedido de autorização de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada ETARS Biológicas Bacia do Rio Tua – lote 4 – Vilar de Maçada.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 29 votos, a reprogramação da repartição de encargos e o compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

PONTO 18 – Presente pedido de autorização de repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais referente à empreitada Criação/Construção – Loja do Cidadão.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 30 votos, a reprogramação da repartição de encargos e o compromisso plurianual referente à despesa apresentada, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual.

PONTO 19 – Presente informação AF/2023/813 referente à 1.ª adenda ao BEI – Pedido de Financiamento NORTE-03-1406-FEDER-000092_05031 – Ciclovia do Campo Meão.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 30 votos, em conformidade com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, n.º 5 da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, todos na sua redação atual

PONTO 20 – Presente informação GO/2023/802 referente ao projeto de regulamento municipal de Toponímia e Numeração de Polícia – Município de Alijó.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 30 votos, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 21 – Presente informação de despesa com o registo 10558.23 referente ao fornecimento de Gás Natural ao abrigo do lote 1 do “Acordo Quadro CNCM- AQ/67/2023 para Fornecimento de Gás Natural”, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais.

Deliberação: ratificado, por unanimidade, com 30 votos, nos termos do n.º 3 do art.º 164.º





do Código do Procedimento Administrativo e em cumprimento do disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/01 e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na sua redação atual.

PONTO 22 – Presente informação DDS/2023/809 referente à minuta contrato de subconcessão a celebrar entre o IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Alijó. Contém minuta do contrato.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 30 votos, em conformidade com a alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

PONTO 23 – Presente informação DOSU/2023/805 referente aos resíduos sólidos – recolha e transporte de resíduos para o ano de 2024.

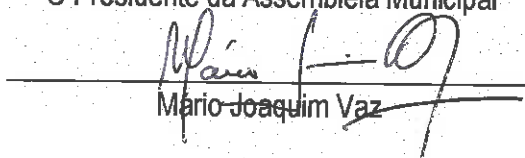
Deliberação: ratificado, por unanimidade, com 30 votos, nos termos do n.º 3 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo e em cumprimento do disposto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/01 e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na sua redação atual.

PONTO 24 – Presente informação DOSU/2023/1260 referente ao protocolo de constituição de agrupamento de Entidades Adjudicantes para concurso público para aquisição de energia elétrica MT e BTE para o ano de 2024.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, com 30 votos, em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Alijó, 20 de dezembro de 2023
O Presidente da Assembleia Municipal


Mario Joaquim Vaz